Planejamento Perícia Contábil

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

Questão 1 – Planejamento da perícia
No planejamento da perícia contábil, o perito do juízo deve, inicialmente, estruturar seus trabalhos considerando o objeto da perícia, os pontos controvertidos, os documentos disponíveis, os procedimentos necessários e os prazos processuais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

A) O planejamento somente pode ser elaborado após a conclusão das diligências.
B) O planejamento deve considerar o objeto, os objetivos, a natureza dos trabalhos, os procedimentos, os recursos necessários e os prazos para execução.
C) O planejamento é elaborado exclusivamente pelo juiz, cabendo ao perito apenas executá-lo.
D) O planejamento deve restringir-se à estimativa dos honorários.
E) O planejamento é dispensável quando os quesitos apresentados pelas partes forem objetivos.

Gabarito: B.

Fundamentação: O planejamento constitui etapa essencial para organizar a perícia, permitindo ao profissional delimitar o objeto, estabelecer procedimentos, estimar recursos, identificar documentos necessários e organizar o cronograma. A prova pericial deve observar o objeto determinado pelo juízo e os elementos técnicos necessários à formação da conclusão. O CPC estabelece que o perito deve ser especializado no objeto da perícia e cumprir o encargo que lhe foi atribuído.

Questão 2 – Conhecimento da empresa
Durante o planejamento de uma perícia envolvendo uma empresa industrial, o perito deverá obter conhecimento suficiente sobre suas áreas financeira, contábil, fiscal, legal, operacional, comercial, orçamentária e de pessoal. Essa providência tem como principal finalidade:

A) substituir a administração da empresa na tomada de decisões.
B) determinar antecipadamente o resultado da perícia.
C) compreender o ambiente econômico, operacional, contábil e fiscal relacionado aos fatos controvertidos.
D) definir a responsabilidade jurídica das partes.
E) dispensar a análise dos documentos apresentados nos autos.

Gabarito: C.

Fundamentação: O conhecimento da entidade é fundamental para que o perito compreenda a origem e a natureza dos fatos examinados. A análise das áreas financeira, contábil, fiscal, legal e operacional permite identificar os documentos, registros e procedimentos necessários à investigação técnica. O CTN, por sua vez, reconhece a relevância dos livros, arquivos e documentos para a fiscalização tributária, reforçando a importância da documentação na análise de fatos de natureza fiscal.

Questão 3 – Área fiscal e Reforma Tributária
Uma empresa objeto de perícia judicial possui operações sujeitas à transição para o novo sistema de tributação do consumo. Ao planejar os trabalhos, o perito identifica a necessidade de examinar documentos relacionados a IBS, CBS, créditos tributários e documentos fiscais eletrônicos.
Nesse caso, é correto afirmar que:

A) o perito deve ignorar IBS e CBS porque a Reforma Tributária somente produzirá efeitos a partir de 2033.
B) IBS e CBS não possuem qualquer relevância para perícias realizadas em 2026.
C) o planejamento deve considerar a legislação vigente e o período específico dos fatos examinados, inclusive as regras de transição da Reforma Tributária.
D) somente o ICMS e o ISS podem ser considerados em perícias tributárias até 2033.
E) a Reforma Tributária elimina a necessidade de exame dos documentos fiscais.

Gabarito: C.

Fundamentação: A Reforma Tributária possui implementação gradual. A Receita Federal informa que **2026 é ano de teste do IBS e da CBS**, enquanto a transição prossegue nos anos seguintes até a implementação integral do novo modelo em 2033. Portanto, o perito deve verificar o período dos fatos e a legislação correspondente.

Questão 4 – Proposta de honorários
Após sua nomeação, o perito judicial deve apresentar proposta de honorários. De acordo com o CPC, é correto afirmar que:

A) o perito apresenta a proposta somente depois da entrega do laudo.
B) a proposta é facultativa.
C) o perito deve apresentar proposta de honorários, currículo e contatos profissionais no prazo legal contado da ciência da nomeação.
D) os honorários são sempre definidos unilateralmente pelo perito.
E) os honorários são necessariamente pagos integralmente antes da perícia.

Gabarito: C.

Fundamentação: O art. 465, §2º, do CPC determina que, ciente da nomeação, o perito apresentará, em **5 dias**, proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização e contatos profissionais. As partes são intimadas para manifestação, e posteriormente o juiz arbitra o valor.

Questão 5 – Critérios para estimativa dos honorários
Ao elaborar a proposta de honorários periciais, o profissional deve considerar a complexidade do trabalho. Entre os fatores que justificam uma estimativa mais detalhada estão:

A) apenas o valor econômico da causa.
B) somente a quantidade de quesitos.
C) complexidade, tempo estimado, volume documental, necessidade de diligências, deslocamentos, recursos tecnológicos e conhecimento especializado.
D) exclusivamente o número de páginas do processo.

E) apenas o valor pretendido pela parte vencedora.

Gabarito: C.

Fundamentação: A proposta deve guardar relação com o trabalho efetivamente necessário. A complexidade da matéria, quantidade e qualidade dos documentos, necessidade de diligências, análise de sistemas, cálculos, deslocamentos e recursos tecnológicos são elementos que podem interferir na extensão dos trabalhos e, consequentemente, na estimativa dos honorários.

Questão 6 – Honorários e pagamento antecipado
Sobre o pagamento dos honorários do perito judicial, segundo o CPC, assinale a alternativa correta:

A) O juiz jamais poderá autorizar pagamento antecipado.
B) O juiz poderá autorizar o pagamento de até 50% dos honorários arbitrados no início dos trabalhos, ficando o restante para o final, após a entrega do laudo e esclarecimentos necessários.
C) Todo o valor deve ser pago obrigatoriamente depois da sentença.
D) O perito determina sozinho a forma de pagamento.
E) O pagamento antecipado substitui a entrega do laudo.

Gabarito: B.

Fundamentação: O CPC admite que o juiz autorize o pagamento de **até 50% dos honorários arbitrados no início dos trabalhos**, permanecendo o restante para o final, após a entrega do laudo e os esclarecimentos necessários. O CPC também prevê possibilidade de redução da remuneração quando a perícia for inconclusiva ou deficiente.

Questão 7 – Cronograma da perícia
Em relação ao cronograma dos trabalhos periciais, assinale a alternativa correta:

A) O cronograma é irrelevante porque somente a data de entrega do laudo importa.
B) O cronograma deve organizar as etapas da perícia, considerando diligências, obtenção de documentos, exames, cálculos, elaboração do laudo e prazo judicial.
C) O cronograma deve ser elaborado somente após a conclusão dos cálculos.
D) O cronograma é de responsabilidade exclusiva dos assistentes técnicos.
E) O cronograma não pode ser alterado em nenhuma circunstância.

Gabarito: B.

Fundamentação: O planejamento e o cronograma devem permitir ao perito controlar as diversas fases do trabalho e cumprir o prazo judicial. O CPC determina que o juiz fixe o prazo para entrega do laudo e admite prorrogação, uma vez, pela metade do prazo originalmente estabelecido, quando houver motivo justificado.

Questão 8 – Inteligência Artificial no planejamento
Um perito utiliza ferramenta de Inteligência Artificial para classificar milhares de documentos, identificar lançamentos atípicos e auxiliar na construção de planilhas de análise. Sobre essa utilização, assinale a alternativa correta:

A) A conclusão produzida pela IA pode ser reproduzida diretamente no laudo, sem validação.
B) A utilização da IA torna desnecessária a análise técnica do perito.
C) A IA pode auxiliar na organização e análise de dados, mas os resultados devem ser submetidos à verificação, validação e julgamento técnico do perito.
D) O uso de IA é incompatível com a perícia contábil.
E) O perito pode transferir integralmente à IA a responsabilidade pelo laudo.

Gabarito: C.

Fundamentação: A tecnologia pode ampliar a capacidade de processamento e identificação de padrões, mas não substitui a responsabilidade profissional pela conclusão pericial. O próprio Sistema CFC/CRCs vem tratando da aplicação da IA na atividade contábil e pericial, inclusive com capacitações específicas sobre **IA na perícia**.

Questão 9 – CTN e documentação fiscal
Em uma perícia que apura diferenças de tributos, a empresa apresenta livros fiscais, documentos eletrônicos, arquivos digitais e demais registros relacionados às operações. Sobre a relevância desses elementos para o planejamento da perícia, assinale a alternativa correta:

A) Documentos fiscais não podem ser utilizados em perícia judicial.
B) O perito pode desconsiderar registros digitais.
C) A documentação contábil e fiscal constitui elemento relevante para reconstrução dos fatos e deve ser analisada conforme o objeto e os limites da perícia.
D) Somente documentos impressos possuem valor probatório.
E) O CTN impede o exame de documentos fiscais por perito judicial.

Gabarito: C.

Fundamentação: O CTN prevê a relevância de livros, arquivos, documentos e papéis comerciais ou fiscais para fins de fiscalização. Na perícia judicial, esses elementos podem constituir fontes de evidência, desde que examinados dentro do objeto definido pelo juízo.

Questão 10 – Termo de diligência e recusa de documentos
Durante a execução da perícia, o perito solicita documentos necessários à resposta aos quesitos. A empresa se recusa a fornecê-los. A conduta tecnicamente adequada é:

A) elaborar o laudo supondo quais seriam os documentos.
B) abandonar imediatamente a perícia.
C) formalizar a solicitação, registrar a diligência e a eventual recusa, avaliar seus efeitos sobre o trabalho e informar a situação nos autos, quando pertinente.
D) substituir os documentos por informações fornecidas verbalmente.
E) determinar judicialmente a apresentação dos documentos sem comunicar o fato ao juízo.

Gabarito: C.

Fundamentação: A documentação das diligências é essencial para demonstrar quais elementos foram solicitados, recebidos ou recusados. O CPC determina que o perito assegure aos assistentes técnicos o acesso e o acompanhamento das diligências, e o laudo deve apresentar análise técnica fundamentada.

Questão 11 – Quesitos impertinentes
Sobre os quesitos apresentados pelas partes, assinale a alternativa correta:

A) O perito deve responder obrigatoriamente todos os quesitos, ainda que estranhos ao objeto da perícia.
B) O perito pode alterar unilateralmente o objeto da perícia para responder quesitos impertinentes.
C) Cabe ao juiz indeferir quesitos impertinentes, e o perito deve concentrar sua atuação no objeto técnico definido no processo.
D) O assistente técnico possui competência para cancelar quesitos.
E) Quesitos impertinentes devem necessariamente ser respondidos mediante opinião jurídica.

Gabarito: C.

Fundamentação: O art. 470 do CPC atribui ao juiz a competência para **indeferir quesitos impertinentes**. O perito deve manter sua atuação dentro dos limites técnicos do objeto pericial.

Questão 12 – Quesitos suplementares
Durante uma diligência, surge questão técnica relevante que não havia sido contemplada nos quesitos originais. Segundo o CPC:

A) Quesitos suplementares são sempre proibidos.
B) Somente o perito pode formular quesitos suplementares.
C) As partes podem apresentar quesitos suplementares durante a diligência, observadas as regras processuais aplicáveis.
D) Quesitos suplementares substituem automaticamente os quesitos originais.
E) Quesitos suplementares somente podem ser apresentados depois da sentença.

Gabarito: C.

Fundamentação: O art. 469 do CPC permite que as partes apresentem **quesitos suplementares durante a diligência**, os quais poderão ser respondidos pelo perito previamente ou na audiência de instrução e julgamento.

Questão 13 – Laudo e método utilizado
No planejamento de uma perícia que envolve apuração de créditos tributários decorrentes da transição para IBS e CBS, o perito decide utilizar metodologia automatizada para cruzamento de documentos fiscais. Para que o trabalho seja adequadamente fundamentado, é necessário:

A) apresentar apenas o resultado produzido pelo software.
B) ocultar a metodologia para preservar o sigilo profissional.
C) explicar o método utilizado, demonstrar sua pertinência e permitir a compreensão das bases técnicas que conduziram às conclusões.
D) substituir a análise técnica por relatório do sistema.
E) apresentar exclusivamente os documentos que confirmem a hipótese inicial.

Gabarito: C.

Fundamentação: O art. 473 do CPC determina que o laudo contenha a exposição do objeto, a análise técnica ou científica, a indicação do método utilizado e resposta conclusiva aos quesitos. Assim, mesmo quando há automação ou IA, o método e os fundamentos precisam ser tecnicamente demonstráveis.

Questão 14 – Reforma Tributária e planejamento fiscal da perícia
Uma perícia realizada em 2026 examina operações realizadas durante o período de transição da Reforma Tributária. O perito identifica diferenças entre documentos fiscais, registros contábeis e informações utilizadas na apuração tributária.
Nesse cenário, a abordagem correta é:

A) aplicar automaticamente as regras definitivas de 2033 a todas as operações anteriores.
B) desconsiderar a legislação anterior à Reforma Tributária.
C) identificar a legislação aplicável a cada período e confrontar os registros contábeis e fiscais com as regras vigentes na respectiva competência.
D) utilizar somente a legislação existente no momento da elaboração do laudo.
E) considerar apenas o IBS, independentemente da data das operações.

Gabarito: C.

Fundamentação: A Reforma Tributária possui período de transição entre 2026 e 2033. A Receita Federal destaca diferentes fases de implementação, com alterações graduais nos tributos incidentes sobre o consumo. Portanto, a perícia deve observar a legislação aplicável **ao período dos fatos examinados**, e não simplesmente a legislação vigente na data do laudo.

Questão 15 – Integração entre planejamento, fiscalização tributária e IA
Em uma perícia contábil envolvendo discussão tributária, o perito pretende utilizar IA para cruzar EFDs, documentos fiscais eletrônicos, registros contábeis e informações relacionadas ao IBS e à CBS. Considerando o planejamento profissional contemporâneo, assinale a alternativa correta:

A) A IA elimina a necessidade de conhecimento da empresa.
B) O perito pode utilizar exclusivamente os dados selecionados pelo sistema de IA.
C) O planejamento deve integrar conhecimento da empresa, legislação aplicável, documentação, definição dos procedimentos, análise crítica dos dados e validação dos resultados obtidos com ferramentas tecnológicas.
D) A IA permite ao perito concluir sobre questões jurídicas que não constituem objeto técnico da perícia.
E) O cruzamento automatizado substitui a necessidade de documentação das diligências.

Gabarito: C.

Fundamentação: O planejamento contemporâneo da perícia deve combinar conhecimento técnico-contábil, compreensão da entidade, legislação aplicável, documentação, procedimentos e ferramentas tecnológicas. A utilização de IA pode ampliar a capacidade de análise, mas não elimina a responsabilidade do profissional pela validação das informações e pela fundamentação de suas conclusões. O CFC vem reconhecendo a expansão do uso da IA na profissão contábil, inclusive em atividades periciais.

Quadro-resumo dos gabaritos

Questão	Gabarito	Tema principal
1	**B**	Planejamento da perícia
2	**C**	Conhecimento da empresa
3	**C**	Reforma Tributária
4	**C**	Proposta de honorários
5	**C**	Estimativa dos honorários
6	**B**	Pagamento dos honorários
7	**B**	Cronograma
8	**C**	Inteligência Artificial
9	**C**	CTN e documentação fiscal
10	**C**	Diligência e recusa de documentos
11	**C**	Quesitos impertinentes
12	**C**	Quesitos suplementares
13	**C**	Método e fundamentação do laudo
14	**C**	Transição da Reforma Tributária
15	**C**	Planejamento integrado e IA

Base normativa atual considerada

- **NBC TP 01 (R2) – Perícia Contábil**, publicada no DOU em 14/03/2025.
- **NBC PP 01 (R2) – Perito Contábil**, publicada no DOU em 14/03/2025.
- **CPC – Lei nº 13.105/2015**, especialmente arts. 464 a 477, relativos à prova pericial, nomeação, honorários, quesitos, laudo e esclarecimentos.
- **CTN – Lei nº 5.172/1966**, em sua redação atualizada, inclusive com alterações introduzidas pela **LC nº 236/2026**.
- **EC nº 132/2023** – Reforma Tributária do Consumo.
- **LC nº 214/2025** – IBS, CBS e Imposto Seletivo.
- **LC nº 227/2026** – Comitê Gestor do IBS e processo administrativo tributário do IBS.
- **Decreto nº 12.955/2026** – regulamentação da CBS.
- **LC nº 236/2026** – alterações relevantes no CTN em matéria tributária e aduaneira.
- **Receita Federal/CGIBS – cronograma de documentos fiscais eletrônicos da Reforma Tributária**, relevante para o planejamento de perícias que examinem operações realizadas durante a transição.

Observação didática: embora o enunciado mencione “Planejamento da Auditoria Contábil”, o conteúdo e o sumário fornecidos correspondem ao **Capítulo 7 – Planejamento da Perícia Contábil**. Por isso, as questões foram construídas especificamente sob a ótica **pericial**, com CPC, NBC TP 01 (R2), NBC PP 01 (R2), honorários, diligências e quesitos.

QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão 1 – Importância do planejamento da perícia contábil

Enunciado

Explique a importância do planejamento da perícia contábil e demonstre de que maneira o planejamento contribui para a qualidade, eficiência e segurança técnica do trabalho pericial.

Resposta fundamentada

O planejamento da perícia contábil constitui etapa essencial para organizar e direcionar os trabalhos do perito, permitindo definir o **objeto da perícia, seus objetivos, procedimentos, documentos necessários, recursos, cronograma, diligências e metodologia de análise**.

O planejamento deve ser compatível com os limites da nomeação judicial e com os pontos controvertidos que dependem de conhecimento técnico ou científico. O CPC estabelece que a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação e que o juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia.

A **NBC TP 01 (R2)** reforça a necessidade de planejamento técnico da atividade pericial. Assim, o planejamento não deve ser entendido como simples formalidade, mas como instrumento de controle da qualidade do trabalho e de prevenção de omissões, retrabalho e conclusões inadequadamente fundamentadas.

Em perícias tributárias, o planejamento deve ainda identificar a **legislação aplicável ao período dos fatos**, considerando o CTN, legislação específica, obrigações acessórias, documentos fiscais e, quando pertinente, as regras de transição da Reforma Tributária.

Questão 2 – Conhecimento da empresa

Enunciado

Uma empresa industrial é objeto de perícia judicial envolvendo divergências entre sua contabilidade, documentos fiscais e valores alegadamente devidos ao Fisco. Explique quais áreas da empresa devem ser conhecidas pelo perito durante o planejamento e por que esse conhecimento é relevante.

Resposta fundamentada

O conhecimento da empresa deve abranger, conforme a natureza do trabalho:

- área **financeira**;
- área **contábil**;
- vendas;
- orçamento;
- pessoal;
- área **fiscal e legal**;
- operações e processos internos.

Esse conhecimento permite compreender como os fatos econômicos são originados, registrados, tributados e posteriormente apresentados nas demonstrações contábeis e obrigações fiscais.

Em uma perícia tributária, por exemplo, o perito deve compreender o fluxo que começa na operação comercial, passa pela emissão do documento fiscal, escrituração contábil e fiscal, apuração dos tributos e termina nas obrigações acessórias.

O CTN atribui relevância aos livros, documentos e demais elementos utilizados na fiscalização tributária. Portanto, o planejamento pericial deve contemplar a identificação e o exame desses elementos quando estiverem relacionados ao objeto da perícia.

Questão 3 – Planejamento diante da Reforma Tributária

Enunciado

Uma empresa possui operações realizadas em 2026 e pretende discutir judicialmente determinados créditos tributários. O perito deverá analisar operações sujeitas ao sistema tributário anterior e outras submetidas ao processo de transição da Reforma Tributária. Como deve ser estruturado o planejamento da perícia?

Resposta fundamentada

O perito deverá estabelecer uma **segregação temporal e tributária das operações**, identificando a legislação aplicável a cada período.

A Reforma Tributária instituiu o **IBS e a CBS**, além do Imposto Seletivo, por meio da LC nº 214/2025. A implementação ocorre de forma gradual, razão pela qual não se pode aplicar indistintamente a legislação definitiva às operações realizadas em períodos diferentes.

O planejamento deverá, portanto:

1. identificar a data de cada operação;
2. identificar o tributo aplicável;
3. examinar documentos fiscais;
4. verificar os registros contábeis;
5. confrontar as informações com as obrigações acessórias;
6. verificar eventual aproveitamento de créditos;
7. identificar a legislação vigente em cada competência;
8. separar os efeitos do sistema anterior dos efeitos da transição para IBS e CBS.

A perícia deverá evitar conclusões genéricas, especialmente quando o período analisado abranger diferentes regimes jurídicos.

Questão 4 – Proposta de honorários periciais

Enunciado

Após ser nomeado pelo juízo, o perito precisa apresentar sua proposta de honorários. Explique quais elementos devem ser considerados na elaboração da proposta.

Resposta fundamentada

A proposta deve refletir a extensão e a complexidade do trabalho que será efetivamente realizado.

O **art. 465, §2º, do CPC** determina que, ciente da nomeação, o perito apresente, em cinco dias:

- proposta de honorários;
- currículo com comprovação de especialização;
- contatos profissionais, especialmente endereço eletrônico.

Para estimar adequadamente os honorários, devem ser considerados, entre outros:

- complexidade da matéria;
- quantidade de documentos;
- número de quesitos;
- necessidade de diligências;
- tempo estimado;
- necessidade de cálculos;
- utilização de sistemas e ferramentas tecnológicas;
- deslocamentos;
- participação de equipe de apoio, quando necessária;
- necessidade de conhecimentos especializados.

Em perícias envolvendo Reforma Tributária, a complexidade pode aumentar em razão da necessidade de examinar simultaneamente diferentes regimes tributários e períodos de transição.

Questão 5 – Cronograma dos trabalhos periciais

Enunciado

Explique a importância do cronograma dos trabalhos periciais e indique as principais etapas que devem ser consideradas pelo perito.

Resposta fundamentada

O cronograma permite organizar as atividades de maneira racional e compatível com o prazo judicial.

Deve contemplar, conforme o caso:

1. estudo dos autos;
2. análise dos quesitos;
3. planejamento;
4. solicitação de documentos;
5. realização das diligências;
6. exame dos documentos;
7. realização dos cálculos;
8. análise das informações fiscais e contábeis;
9. elaboração das conclusões;
10. redação e revisão do laudo;
11. resposta aos quesitos;
12. eventual prestação de esclarecimentos.

O CPC determina que o juiz fixe prazo para entrega do laudo e prevê mecanismos para sua prorrogação quando houver motivo justificado.

Em perícias complexas, especialmente aquelas que envolvem grandes bases de dados fiscais, o cronograma deve reservar tempo para **validação dos dados e revisão dos cálculos**, e não apenas para a elaboração textual do laudo.

Questão 6 – Honorários periciais e pagamento

Enunciado

Explique como o CPC disciplina o pagamento dos honorários do perito e qual é a importância dessa previsão para o planejamento financeiro da perícia.

Resposta fundamentada

O CPC prevê que o juiz arbitre os honorários periciais considerando a proposta apresentada pelo profissional e a manifestação das partes.

O **art. 465, §3º**, estabelece que as partes sejam intimadas da proposta de honorários para manifestação e, posteriormente, o juiz arbitre o valor.

Além disso, o **art. 465, §4º**, permite ao juiz autorizar o pagamento de até **50% dos honorários arbitrados no início dos trabalhos**, ficando o restante para o final, após a entrega do laudo e dos esclarecimentos necessários.

Essa disciplina deve ser considerada no planejamento porque o perito precisa dimensionar previamente os recursos necessários para executar a perícia, especialmente quando houver grande volume documental, deslocamentos, ferramentas tecnológicas ou análise especializada.

Questão 7 – Inteligência Artificial no planejamento da perícia

Enunciado

Um perito utiliza Inteligência Artificial para classificar milhares de documentos fiscais e contábeis, identificar padrões e localizar possíveis inconsistências. Analise os benefícios e os cuidados necessários na utilização dessa tecnologia.

Resposta fundamentada

A Inteligência Artificial pode ser utilizada como **ferramenta auxiliar** no planejamento e na execução da perícia, especialmente para:

- classificação de documentos;
- identificação de padrões;
- cruzamento de grandes bases de dados;
- detecção de anomalias;
- conciliação de informações;
- organização de evidências;
- apoio à elaboração de planilhas.

Entretanto, o resultado produzido pela ferramenta não substitui a análise profissional.

O perito continua responsável pela **validação dos dados, definição da metodologia, interpretação dos resultados e conclusão técnica**.

O CPC determina que o laudo apresente a análise técnica ou científica e indique o método utilizado, demonstrando sua adequação.

Assim, o uso da IA deve ser documentado de modo suficiente para permitir a compreensão e a reprodução dos procedimentos relevantes. Uma conclusão simplesmente gerada por ferramenta automatizada, sem validação técnica, não atende à exigência de fundamentação do trabalho pericial.

Questão 8 – CTN e análise fiscal

Enunciado

Em uma perícia destinada a apurar diferenças de tributos, o perito precisa examinar livros fiscais, documentos eletrônicos, declarações e registros contábeis. Explique como o CTN deve ser considerado no planejamento da perícia.

Resposta fundamentada

O CTN constitui referência fundamental para a análise de fatos tributários, especialmente quanto às relações jurídico-tributárias, obrigações, crédito tributário, fiscalização e documentação.

O planejamento deve identificar:

- tributo discutido;

- período de apuração;
- fato gerador;
- base de cálculo;
- alíquota;
- sujeito passivo;
- créditos e débitos tributários;
- obrigações acessórias;
- documentação comprobatória;
- legislação complementar e específica aplicável.

Além disso, o perito deve observar que o CTN sofreu alterações recentes. A **LC nº 236/2026**, por exemplo, alterou dispositivos do CTN para disciplinar normas gerais relacionadas à solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira.

Portanto, a legislação utilizada pelo perito deve ser conferida conforme a **data dos fatos examinados**, evitando aplicação retroativa ou inadequada de regras posteriores.

Questão 9 – Termo de diligência

Enunciado

Durante a execução da perícia, o perito identifica documentos essenciais que não foram juntados aos autos. Explique a finalidade do termo de diligência e como o profissional deve proceder diante da ausência dos documentos.

Resposta fundamentada

O termo de diligência é instrumento utilizado para formalizar a solicitação de informações, documentos ou elementos necessários à realização da perícia.

Deve identificar, de maneira clara:

- quem deve apresentar os documentos;
- quais documentos são solicitados;
- finalidade da solicitação;
- prazo ou data para atendimento;
- relação entre os documentos e o objeto da perícia.

O CPC permite ao perito solicitar documentos que estejam em poder das partes, terceiros ou repartições públicas e utilizar os elementos necessários para esclarecer o objeto da perícia.

Se houver recusa ou impossibilidade de apresentação, o fato deve ser adequadamente documentado e considerado na análise técnica. O perito não deve simplesmente presumir o conteúdo dos documentos ausentes.

Questão 10 – Recusa na apresentação de documentos

Enunciado

Uma empresa se recusa a fornecer arquivos fiscais digitais solicitados pelo perito, alegando que as informações são sigilosas. Como deve proceder o profissional?

Resposta fundamentada

O perito deve avaliar se os documentos são pertinentes ao objeto da perícia e, sendo necessários, formalizar a solicitação e registrar a recusa.

O CPC autoriza o perito a solicitar documentos que estejam em poder das partes, terceiros ou repartições públicas.

A alegação genérica de sigilo não deve ser utilizada automaticamente para inviabilizar o trabalho pericial. Entretanto, o profissional deve observar a finalidade da utilização dos dados, a proteção das informações e os limites da determinação judicial.

Se a ausência dos documentos comprometer a conclusão, essa circunstância deverá ser explicitada no laudo, indicando **qual informação não foi disponibilizada e qual impacto técnico decorreu dessa ausência**.

Questão 11 – Quesitos impertinentes

Enunciado

Durante o planejamento, o perito identifica quesitos que não guardam relação com o objeto da perícia e outros que exigem manifestação exclusivamente jurídica. Como deverá proceder?

Resposta fundamentada

O perito deve manter sua atuação dentro dos limites da designação judicial e da sua competência técnico-contábil.

O **art. 470 do CPC** atribui ao juiz a competência para indeferir quesitos impertinentes e formular aqueles que entender necessários ao esclarecimento da causa.

O perito não deve ampliar unilateralmente o objeto da perícia para responder questões estranhas à sua competência.

Quando o quesito envolver matéria jurídica, o profissional deve evitar substituir o juiz na interpretação jurídica do caso. Pode, entretanto, apresentar os **dados contábeis, cálculos e informações técnicas** necessários para subsidiar a decisão judicial.

Questão 12 – Quesitos suplementares

Enunciado

Durante uma diligência, uma das partes identifica novos elementos contábeis e apresenta quesitos adicionais. Explique o tratamento dos quesitos suplementares no processo pericial.

Resposta fundamentada

O CPC admite a apresentação de **quesitos suplementares durante a diligência**.

O **art. 469** estabelece que as partes poderão apresentar quesitos suplementares durante a diligência, podendo estes ser respondidos pelo perito previamente ou na audiência de instrução e julgamento.

O planejamento deve, portanto, considerar a possibilidade de surgimento de novas questões durante o exame dos documentos.

Em uma perícia tributária, por exemplo, o exame de uma EFD ou de documentos fiscais pode revelar inconsistências que não estavam inicialmente contempladas nos quesitos. Isso pode justificar a formulação de quesitos suplementares, observados os limites processuais e o objeto da prova.

Questão 13 – Laudo, metodologia e Inteligência Artificial

Enunciado

Um perito utiliza um algoritmo para cruzar 500 mil documentos fiscais e identifica possíveis divergências entre documentos fiscais, escrituração e contabilidade. Explique como essa metodologia deve ser apresentada no trabalho pericial.

Resposta fundamentada

A utilização de algoritmo ou IA deve ser integrada a uma **metodologia pericial verificável**.

O perito deve ser capaz de explicar:

- quais dados foram utilizados;
- origem dos dados;
- período analisado;
- critérios de seleção;
- procedimentos de cruzamento;
- parâmetros utilizados;
- tratamento de inconsistências;
- forma de validação dos resultados;
- limitações da ferramenta;
- procedimentos humanos de revisão.

O **art. 473 do CPC** exige que o laudo apresente o objeto da perícia, a análise técnica ou científica, a indicação do método utilizado e respostas conclusivas aos quesitos. O dispositivo também determina fundamentação em linguagem simples e coerência lógica.

Portanto, a IA pode auxiliar a análise, mas não deve funcionar como uma “caixa-preta” que produza conclusões não verificadas pelo profissional.

Questão 14 – Perícia durante a transição tributária

Enunciado

Uma empresa possui operações realizadas antes e durante a implementação da Reforma Tributária. O processo judicial discute a existência de diferenças tributárias. Como o perito deve organizar a análise?

Resposta fundamentada

O perito deve estruturar a análise de forma **cronológica e tributariamente segregada**.

A LC nº 214/2025 instituiu o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo, estabelecendo regras e períodos específicos para sua implementação. A própria legislação prevê fases distintas de transição para CBS e IBS.

Assim, o planejamento deve separar:

a) operações submetidas ao sistema anterior;

b) operações realizadas durante o período de transição;

c) operações sujeitas às novas regras;

d) créditos tributários formados em cada período;

e) documentos fiscais e obrigações acessórias correspondentes.

A perícia deverá identificar qual norma estava vigente **na data de ocorrência de cada fato**, evitando comparar operações de períodos distintos como se estivessem submetidas ao mesmo regime.

Questão 15 – Planejamento integrado: empresa, tributos, IA, honorários e quesitos

Enunciado

Uma indústria é objeto de perícia judicial para apurar diferenças contábeis e tributárias no período de 2025 a 2027. O processo possui mais de 100 mil documentos, quesitos das partes, discussão sobre créditos tributários e operações realizadas durante a transição para IBS e CBS. O perito pretende utilizar ferramentas de IA e deverá apresentar proposta de honorários. Elabore um planejamento resumido para a realização da perícia.

Resposta fundamentada

O planejamento deverá ser estruturado em etapas integradas.

1. Análise dos autos

O perito deverá identificar:

- objeto da perícia;
- pontos controvertidos;
- decisão que determinou a perícia;
- quesitos;

- documentos já juntados;
- prazo judicial.

2. Conhecimento da empresa

Deverão ser analisadas as áreas:

- financeira;
- contábil;
- fiscal;
- comercial;
- operacional;
- orçamentária;
- pessoal;
- jurídica.

3. Delimitação tributária

Como o período compreende 2025 a 2027, deverá haver segregação dos regimes tributários aplicáveis em cada competência, considerando a Reforma Tributária e a legislação vigente em cada período.

A LC nº 214/2025 instituiu IBS e CBS e estabeleceu regras de transição.

4. Levantamento documental

Deverão ser identificados, entre outros:

- documentos fiscais;
- livros contábeis;
- EFDs;
- declarações fiscais;
- contratos;
- notas fiscais eletrônicas;
- registros de entradas e saídas;
- comprovantes financeiros;
- memórias de cálculo.

5. Utilização da IA

A IA poderá ser empregada para:

- classificação dos documentos;
- identificação de duplicidades;

- cruzamento de informações;
- localização de inconsistências;
- análise de grandes volumes de dados.

Os resultados deverão ser **validados pelo perito**.

6. Honorários

A proposta deverá considerar:

- volume de documentos;
- complexidade;
- tempo estimado;
- número de quesitos;
- diligências;
- utilização de tecnologia;
- necessidade de cálculos;
- eventuais deslocamentos;
- necessidade de apoio especializado.

O CPC prevê a apresentação da proposta de honorários em cinco dias após a ciência da nomeação.

7. Cronograma

O cronograma deverá contemplar:

Autos → Planejamento → Quesitos → Documentos → Diligências → Tratamento dos dados → Análise contábil/fiscal → Cálculos → Validação → Laudo → Respostas aos quesitos → Revisão → Protocolo.

8. Diligências

Os documentos faltantes deverão ser formalmente solicitados. Eventuais recusas deverão ser registradas e avaliadas quanto ao impacto sobre as conclusões.

9. Laudo

O laudo deverá apresentar:

- objeto;
- metodologia;
- análise técnica;
- cálculos;
- documentos examinados;
- limitações;

- respostas aos quesitos;
- conclusões.

O art. 473 do CPC exige indicação do método utilizado, fundamentação e resposta conclusiva aos quesitos.

10. Conclusão

O planejamento deve permitir que a perícia seja **tecnicamente fundamentada, documentada, rastreável e compatível com o objeto judicial**, conciliando os conhecimentos tradicionais da perícia contábil com as novas exigências decorrentes da digitalização fiscal, da Reforma Tributária e do uso de Inteligência Artificial.

Quadro de competências trabalhadas

Questão	Conteúdo do Capítulo 7	Atualização incorporada
1	Planejamento	NBC TP 01 (R2) / CPC
2	Conhecimento da empresa	Contábil, fiscal e operacional
3	Fiscal e legal	Reforma Tributária
4	Proposta de honorários	CPC, art. 465
5	Cronograma	Prazos processuais
6	Honorários	CPC, art. 465, §4º
7	Planejamento	Inteligência Artificial
8	Área fiscal e legal	CTN atualizado
9	Termo de diligência	Documentação
10	Recusa de documentos	CPC e diligências
11	Quesitos impertinentes	CPC, art. 470
12	Quesitos suplementares	CPC, art. 469
13	Execução	IA e metodologia
14	Fiscal e legal	IBS/CBS e transição
15	Planejamento completo	Integração de todos os temas

Fundamentação normativa atualizada

A **NBC TP 01 (R2)** é atualmente a norma do CFC específica para **Perícia Contábil**, publicada em 14/03/2025, enquanto a **NBC PP 01 (R2)** disciplina o **Perito Contábil**.

No âmbito processual, os arts. **464 a 477 do CPC** disciplinam a prova pericial, incluindo nomeação, honorários, diligências, quesitos, laudo, esclarecimentos e nova perícia.

No âmbito tributário, a **LC nº 214/2025** instituiu o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo, estabelecendo a estrutura e a transição do novo sistema. Já a **LC nº 236/2026** alterou o CTN para tratar, entre outros pontos, de solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira.

Nota editorial: para uma nova edição do *Manual de Perícia Contábil – Crepaldi*, é especialmente relevante atualizar o capítulo para a **NBC TP 01 (R2)** e a **NBC PP 01 (R2)**, incorporando ao planejamento pericial a análise de **documentos fiscais digitais, grandes bases de dados, rastreabilidade dos procedimentos de IA, Reforma Tributária e segregação temporal da legislação tributária aplicável**.

ESTUDO DE CASO PRÁTICO

Alfa Bebidas e Alimentos Ltda. – Perícia contábil em período de transição tributária

A **Alfa Bebidas e Alimentos Ltda.**, indústria localizada em Minas Gerais, ajuizou ação contra o Estado e a União, discutindo diferenças de natureza contábil e tributária relacionadas às operações realizadas entre **janeiro de 2025 e dezembro de 2027**.

A empresa sustenta que determinados valores registrados em sua contabilidade não foram corretamente considerados na apuração dos tributos e que teria direito ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes de operações de aquisição de insumos e comercialização de seus produtos.

A parte ré, por sua vez, sustenta que parte dos créditos foi calculada com base em documentos fiscais inconsistentes e que determinados valores foram apropriados em período incompatível com a legislação aplicável.

O processo possui aproximadamente **18 mil documentos**, incluindo notas fiscais eletrônicas, EFDs, livros contábeis, contratos, extratos bancários, relatórios de estoque, documentos de compras e vendas e arquivos digitais.

A empresa também realizou operações durante o período de transição da **Reforma Tributária**, envolvendo documentos e informações relacionados ao novo sistema de tributação do consumo.

O juiz nomeou **Silvio Aparecido Crepaldi, contador regularmente habilitado e especializado em perícia contábil**, para realizar a perícia.

Na decisão, determinou que o perito apure:

1. os valores efetivamente registrados pela empresa;
2. os valores constantes dos documentos fiscais;

3. os valores informados nas obrigações acessórias;
4. eventuais diferenças entre contabilidade e documentação fiscal;
5. os efeitos financeiros das diferenças encontradas;
6. os créditos tributários eventualmente relacionados ao objeto da demanda.

O juiz fixou prazo para apresentação do laudo e determinou que o perito apresentasse sua proposta de honorários.

Ao analisar os autos, o perito verificou que:

- existem **18 mil documentos** a serem analisados;
- aproximadamente 60% dos documentos estão em formato digital;
- há diferenças entre determinados documentos fiscais e registros contábeis;
- existem operações realizadas durante a transição para **IBS e CBS**;
- alguns documentos solicitados à empresa não foram apresentados;
- os quesitos apresentados pelas partes incluem questões técnicas, contábeis e algumas questões de natureza exclusivamente jurídica;
- uma das partes apresentou quesitos suplementares durante a diligência;
- a empresa solicitou que o perito utilize Inteligência Artificial para acelerar a análise dos documentos.

O perito pretende utilizar uma ferramenta de IA para **classificar documentos, identificar duplicidades, cruzar informações e apontar inconsistências**, mas pretende validar pessoalmente os resultados antes de utilizá-los no laudo.

A perícia também exigirá a realização de diligências na empresa, análise de documentos fiscais eletrônicos, conciliação contábil e elaboração de cálculos.

QUESTÃO 1 – Planejamento da perícia

Considerando o caso apresentado, elabore um planejamento geral da perícia contábil, indicando as principais etapas que deverão ser executadas pelo perito.

Resposta fundamentada

O planejamento deve começar pela **análise integral dos autos**, identificação do objeto da perícia, pontos controvertidos, decisão judicial, quesitos, documentos existentes e prazo fixado para apresentação do laudo.

Na sequência, o perito deverá realizar o **conhecimento da empresa**, abrangendo suas áreas financeira, contábil, fiscal, comercial, operacional, orçamentária e de pessoal, na medida em que sejam relacionadas ao objeto da perícia.

O planejamento deverá contemplar, pelo menos:

1. estudo dos autos;
2. identificação dos pontos controvertidos;

3. análise dos quesitos;
4. identificação da documentação necessária;
5. elaboração da proposta de honorários;
6. definição dos procedimentos periciais;
7. elaboração do cronograma;
8. realização das diligências;
9. tratamento e validação dos dados;
10. realização dos cálculos;
11. análise das informações fiscais e contábeis;
12. elaboração do laudo;
13. respostas aos quesitos;
14. revisão técnica;
15. protocolo do trabalho.

A **NBC TP 01 (R2)** atualmente disciplina a perícia contábil, tendo sido publicada no DOU em 14/03/2025.

O planejamento também deve observar o CPC, segundo o qual a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação, sendo o perito nomeado de acordo com sua especialização.

Aplicação ao caso: devido ao volume de 18 mil documentos e à existência de diferentes regimes tributários no período examinado, o planejamento deverá ser detalhado e dividido por etapas e períodos de apuração.

QUESTÃO 2 – Conhecimento da empresa

Explique como o perito deverá realizar o conhecimento da Alfa Bebidas e Alimentos Ltda. e quais áreas deverão ser prioritariamente examinadas.

Resposta fundamentada

O conhecimento da empresa deverá considerar a estrutura e as operações relacionadas diretamente ao objeto da perícia.

O perito deverá analisar:

Área financeira

- contas bancárias;
- pagamentos e recebimentos;
- fluxo financeiro;
- conciliações;

- movimentações relacionadas às operações examinadas.

Área contábil

- escrituração;
- plano de contas;
- lançamentos;
- razão e diário;
- demonstrações contábeis;
- contas relacionadas às operações objeto da perícia.

Área de vendas

- notas fiscais;
- faturamento;
- devoluções;
- descontos;
- cancelamentos;
- operações interestaduais.

Área fiscal

- apuração dos tributos;
- EFDs;
- documentos fiscais;
- créditos e débitos;
- obrigações acessórias;
- legislação aplicável.

Área operacional

- produção;
- aquisição de insumos;
- estoques;
- consumo de matérias-primas;
- movimentação de mercadorias.

O conhecimento da empresa é essencial para compreender **como o fato econômico nasce, é documentado, contabilizado e posteriormente refletido na apuração tributária**.

QUESTÃO 3 – Reforma Tributária

Considerando que o período periciado compreende 2025 a 2027, explique como o perito deverá tratar a Reforma Tributária em seu planejamento.

Resposta fundamentada

O perito deverá adotar uma **segregação temporal das operações**, evitando aplicar uma única regra tributária a todo o período.

A **LC nº 214/2025** instituiu o **IBS, a CBS e o Imposto Seletivo**, além de estabelecer regras para a implementação do novo sistema tributário.

O planejamento deverá, portanto, separar:

- operações realizadas em 2025;
- operações realizadas em 2026;
- operações realizadas em 2027;
- tributos incidentes em cada período;
- créditos apropriados em cada período;
- documentos fiscais correspondentes;
- obrigações acessórias respectivas.

A legislação do novo sistema possui regras específicas de transição. A LC nº 214/2025 estabelece períodos distintos de implementação para CBS e IBS.

Conclusão: o perito deverá identificar, para cada operação, **a legislação vigente na data do fato**, evitando aplicar retroativamente regras próprias de período posterior.

QUESTÃO 4 – CTN e legislação fiscal

Explique como o CTN e a legislação fiscal devem ser incorporados ao planejamento da perícia da Alfa.

Resposta fundamentada

O perito deverá identificar, para cada período e operação:

- fato gerador;
- sujeito passivo;
- base de cálculo;
- tributo aplicável;
- créditos e débitos;
- obrigações principais;
- obrigações acessórias;

- documentos comprobatórios;
- legislação complementar e específica.

A análise deverá ser realizada conforme a legislação vigente no período dos fatos.

Além das regras tradicionais do CTN, o planejamento deve considerar alterações legislativas recentes. A **LC nº 236/2026** alterou o CTN em matéria de solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira.

Isso reforça a necessidade de o perito trabalhar com **legislação atualizada e controle temporal das normas**, especialmente em processos que abrangem vários exercícios.

QUESTÃO 5 – Proposta e levantamento dos honorários

Considerando o volume e a complexidade da perícia, elabore os critérios que deverão ser utilizados pelo perito para apresentar sua proposta de honorários.

Resposta fundamentada

O perito deverá estimar os honorários de acordo com a extensão efetiva do trabalho.

Deverá considerar:

- 18 mil documentos;
- número de quesitos;
- complexidade tributária;
- necessidade de diligências;
- análise de EFDs;
- conciliação contábil;
- elaboração de cálculos;
- deslocamentos;
- tempo de planejamento;
- tempo de execução;
- utilização de recursos tecnológicos;
- validação dos resultados produzidos por IA;
- elaboração e revisão do laudo;
- eventual necessidade de esclarecimentos.

O **art. 465, §2º, do CPC** estabelece que, ciente da nomeação, o perito deverá apresentar, em cinco dias, proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização e contatos profissionais.

Assim, a proposta não deve ser arbitrária: deve demonstrar **coerência entre complexidade, tempo, recursos empregados e responsabilidade técnica**.

QUESTÃO 6 – Cronograma e execução da perícia

Elabore um cronograma básico para a perícia da Alfa, considerando o elevado volume documental e o prazo judicial.

Resposta fundamentada

Um cronograma tecnicamente adequado poderia seguir a seguinte sequência:

Etapa	Atividade
1	Estudo dos autos
2	Identificação dos pontos controvertidos
3	Análise dos quesitos
4	Conhecimento da empresa
5	Levantamento documental
6	Solicitação de documentos faltantes
7	Diligências
8	Processamento dos dados
9	Conferência contábil
10	Conferência fiscal
11	Análise da transição tributária
12	Cálculos
13	Validação dos resultados
14	Elaboração do laudo
15	Revisão
16	Resposta aos quesitos
17	Protocolo

O CPC estabelece que o juiz fixa prazo para entrega do laudo e prevê mecanismos específicos para o desenvolvimento da prova pericial. O perito deve cumprir escrupulosamente o encargo e observar o prazo estabelecido.

Aplicação prática: diante de 18 mil documentos, o cronograma deverá reservar tempo específico para **tratamento, conferência e validação dos dados**, evitando que a tecnologia seja utilizada apenas para acelerar a produção de resultados sem posterior conferência.

QUESTÃO 7 – Inteligência Artificial na perícia

A Alfa solicita que o perito utilize Inteligência Artificial para analisar os 18 mil documentos. Explique como a IA poderá ser utilizada e quais cuidados deverão ser adotados.

Resposta fundamentada

A IA poderá ser utilizada como **ferramenta auxiliar**, especialmente para:

- classificação documental;
- identificação de documentos duplicados;
- agrupamento por período;
- cruzamento de notas fiscais;
- identificação de valores divergentes;
- comparação entre documentos fiscais e registros contábeis;
- identificação de lançamentos atípicos;
- organização de grandes bases de dados.

Entretanto, a IA **não substitui o julgamento profissional do perito**.

O perito deverá validar:

1. a origem dos dados;
2. a integridade da base;
3. os critérios utilizados;
4. os parâmetros do sistema;
5. os resultados;
6. as inconsistências encontradas;
7. a pertinência dos achados em relação aos quesitos.

O CPC exige que o laudo apresente a análise técnica ou científica e indique o método utilizado, demonstrando como o perito alcançou suas conclusões.

Portanto, a lógica adequada é:

IA → identificação de padrões → análise humana → validação → evidência → conclusão pericial.

Não seria tecnicamente adequado:

IA → resultado automático → conclusão do laudo.

QUESTÃO 8 – Termo de diligência e recusa de documentos

Durante a perícia, a Alfa se recusa a apresentar determinados arquivos fiscais digitais, alegando sigilo empresarial. Explique como o perito deverá proceder.

Resposta fundamentada

O perito deverá verificar inicialmente se os documentos são **pertinentes e necessários** para responder aos quesitos e cumprir o objeto da perícia.

Se forem necessários, deverá formalizar a solicitação mediante diligência, identificando:

- documento solicitado;
- período;
- finalidade;
- relação com o objeto da perícia;
- prazo para apresentação.

O CPC permite que o perito solicite documentos que estejam em poder das partes, terceiros ou repartições públicas e utilize os meios necessários para o esclarecimento do objeto da perícia.

Se houver recusa, o fato deverá ser documentado.

O perito não deverá simplesmente presumir os valores inexistentes. Deverá avaliar tecnicamente se a ausência dos documentos:

- impede determinado cálculo;
- reduz a segurança da conclusão;
- exige utilização de fontes alternativas;
- gera limitação ao trabalho.

Essa limitação deverá ser expressamente indicada no laudo, quando relevante.

QUESTÃO 9 – Quesitos impertinentes, suplementares e esclarecimentos

No caso apresentado, alguns quesitos são jurídicos e outros são suplementares. Explique como o perito deve proceder em relação a essas três situações.

Resposta fundamentada

a) Quesitos impertinentes

O perito deve identificar os quesitos que extrapolam o objeto da perícia ou não demandam conhecimento técnico-contábil.

O **art. 470 do CPC** estabelece que compete ao juiz indeferir quesitos impertinentes e formular aqueles necessários ao esclarecimento da causa.

O perito não deve ampliar unilateralmente o objeto da perícia.

b) Quesitos suplementares

O **art. 469 do CPC** permite às partes apresentar quesitos suplementares durante a diligência.

No caso da Alfa, se novos elementos fiscais surgirem durante o exame dos documentos, os quesitos suplementares poderão exigir novas análises, desde que respeitados os limites processuais e o objeto da prova.

c) Quesitos para esclarecimento

Depois da apresentação do laudo, as partes poderão solicitar esclarecimentos sobre pontos que permaneçam controvertidos.

O perito deverá esclarecer tecnicamente os pontos questionados, sem modificar indevidamente o objeto da perícia ou apresentar opinião pessoal que extrapole sua competência.

QUESTÃO 10 – Elaboração do laudo e conclusão integrada

Ao final da perícia, o perito deverá apresentar um laudo capaz de demonstrar de forma clara e tecnicamente fundamentada as diferenças encontradas. Explique como deverá estruturar o laudo e quais cuidados deverá adotar em relação à IA, à Reforma Tributária e à legislação fiscal.

Resposta fundamentada

O laudo deverá apresentar, de forma organizada:

1. Identificação

- processo;
- partes;
- perito;
- objeto da perícia.

2. Síntese do objeto

Descrição objetiva da controvérsia e dos pontos submetidos ao exame técnico.

3. Metodologia

Descrição dos procedimentos utilizados:

- exame documental;
- conciliações;
- cálculos;
- cruzamento de informações;
- diligências;
- ferramentas tecnológicas;
- eventual utilização de IA.

4. Documentação examinada

Deverão ser relacionados os principais documentos utilizados, indicando-se eventuais documentos não apresentados.

5. Análise contábil

Deverão ser confrontados:

documento fiscal × escrituração fiscal × escrituração contábil × movimentação financeira, quando pertinente.

6. Análise tributária

Deverá ser observada a legislação aplicável a cada período, distinguindo-se:

- sistema tributário anterior;
- período de transição;
- regras do IBS;
- regras da CBS;
- demais tributos pertinentes.

A LC nº 214/2025 instituiu IBS, CBS e Imposto Seletivo e estabeleceu o regime de implementação do novo sistema.

7. Utilização da IA

O laudo não deverá simplesmente afirmar que “a IA encontrou a diferença”.

Deverá demonstrar:

dados utilizados → procedimento → critério → validação → resultado → conclusão.

8. Respostas aos quesitos

Todos os quesitos pertinentes deverão receber respostas objetivas, fundamentadas e tecnicamente coerentes.

9. Limitações

Eventuais documentos recusados, indisponíveis ou inconsistências que impeçam determinada conclusão deverão ser explicitados.

10. Conclusão

A conclusão deverá apresentar os resultados efetivamente demonstrados pela perícia, sem extrapolar os limites da nomeação.

O **art. 473 do CPC** determina que o laudo contenha a exposição do objeto, análise técnica ou científica, indicação do método e resposta conclusiva aos quesitos. Também exige fundamentação em linguagem simples e coerência lógica, vedando ao perito ultrapassar os limites de sua designação.

Síntese do Estudo de Caso

O caso da **Alfa Bebidas e Alimentos Ltda.** permite trabalhar, de maneira integrada, praticamente todo o conteúdo do Capítulo 7:

Conteúdo do Capítulo 7	Aplicação no caso
Introdução	Delimitação da perícia
Conhecimento da empresa	Financeiro, contábil, fiscal, vendas e operações
Objetivos	Apuração das diferenças
Proposta de honorários	18 mil documentos e complexidade
Cronograma	Planejamento das etapas
Honorários	Tempo, complexidade e recursos
Planejamento	Estratégia geral da perícia
Execução	Exame documental e cálculos
Prazos	Cumprimento do prazo judicial
Execução conjunta	Possibilidade em perícia complexa
Termo de diligência	Solicitação dos documentos faltantes
Recusa de documentos	Registro e avaliação da limitação
Fluxograma	Organização das etapas
Conclusão	Síntese dos resultados
Quesitos	Respostas técnicas
Quesitos impertinentes	Limitação ao objeto
Quesitos suplementares	Novas questões surgidas na diligência
Esclarecimentos	Complementação do laudo
CTN	Análise da legislação tributária
Reforma Tributária	IBS/CBS e transição
IA	Tratamento e cruzamento de grandes bases de dados

Fluxograma recomendado para o Capítulo 7

Nomeação judicial
↓
Análise dos autos
↓
Conhecimento da empresa
↓
Identificação dos objetivos e pontos controvertidos
↓
Análise dos quesitos
↓
Proposta de honorários
↓
Cronograma
↓
Levantamento documental
↓
Termos de diligência
↓
Tratamento dos dados / IA
↓
Validação pelo perito
↓
Análise contábil e fiscal
↓
Aplicação da legislação do período
↓
Análise da transição da Reforma Tributária
↓
Cálculos
↓
Conclusões
↓
Laudo pericial
↓
Respostas aos quesitos
↓
Esclarecimentos, se necessários
↓
Conclusão da perícia

Fundamentação normativa central

- **NBC TP 01 (R2) – Perícia Contábil**, vigente e publicada pelo CFC em 14/03/2025.
- **NBC PP 01 (R2) – Perito Contábil**, publicada em 14/03/2025.
- **CPC – Lei nº 13.105/2015**, especialmente arts. 464 a 475, sobre prova pericial, nomeação, honorários, diligências, quesitos e laudo.
- **LC nº 214/2025**, que instituiu IBS, CBS e Imposto Seletivo e estabeleceu a transição para o novo sistema.
- **LC nº 236/2026**, que alterou o CTN em matéria de solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo tributário e aduaneiro.